REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA,
ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS E RELIGIOSOS

IV CONFERÊNCIA SOBRE ACESSO À JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS EM MOÇAMBIQUE

ACESSO À JUSTIÇA, NEGÓCIO E DIREITOS HUMANOS EM MOÇAMBIQUE

MAPUTO
17 DE MARÇO 2022

MENSAGEM DA MINISTRA

A IV Conferência Sobre o Acesso à Justiça e Direitos Humanos em Moçambique é um evento que precede outras realizadas nos anos anteriores que tem como grande objectivo a luta pela observância do acesso à justiça pelas camadas carenciadas, em particular as mais vulneráveis, como mulheres, idosos, crianças e pessoas portadoras de deficiência.

Congratulamo-nos pela presença das mais altas figuras dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, bem como dos parceiros de cooperação, Organizações da Sociedade Civil e outros profissionais do direito e de várias áreas do saber, revelando que o acesso à Justiça, negócio e direitos humanos é uma questão actual e que a sua concretização e efectivação deve traduzir-se numa preocupação universal e constante.

Com esta Conferência, o Instituto do Patrocínio e Assistência Jurídica (IPAJ) procura solidificar a sua actividade de garantir o acesso à Justiça e direitos humanos em geral e em particular ao cidadão economicamente carenciado, como forma de defender os seus legítimos direitos e interesses tutelados na lei e consequente harmonização do ambiente de negócios no País.

Há que reconhecer o esforço do Governo, dos parceiros de cooperação e da sociedade no geral para a construção do mapa de estratégias e definição de objectivos que irão orientar a eleição de prioridades e resultados a serem alcançados neste evento.

As insuficiências económicas ditam muitas vezes o desequilíbrio com que os cidadãos economicamemte carenciados tenham acesso à justiça, mas não pode, de forma alguma, ditar supressão

de direitos e garantias constitucionalmente consagrados, sob pena de subverter o Estado de Direito, razão pela qual efusivamente saúdo e louvo a realização desta conferência que de certo modo irá contribuir para o alcance da Paz Social.

Saúdo igualmente o desempenho e crescimento do sector da Justiça, em particular do IPAJ, porque para além de se encontrar implantado em todas as províncias do País, melhorou, sobremaneira, a performance dos seus serviços de assistência jurídica e patrocínio judiciário ao cidadão carente, promove palestras e campanhas de educação cívica junto da comunidade e elevou a qualidade da abordagem das várias situações jurídicas a que temos assistido e acompanhado.

O desafio que se coloca é prosseguir com acções de continuidade e de maior abrangência no que concerne a assistência jurídica e patrocínio judiciário e campanhas de sensibilização e de incrimento a cultura jurídica, exigindo-se especial atenção de todos na alocação de recursos para o fim comum, acesso à justiça e garantia dos direitos humanos.

Assim sendo, o meu muito obrigado!

MENSAGEM DO DIRECTOR GERAL

Estado moçambicano, no percurso da sua ainda jovem democracia, tem tido uma preocupação fundamental no reconhecimento de grande parte dos direitos e liberdades fundamentais universalmente proclamados.

O desafio actual que se coloca prende-se com a tutela efectiva dos direitos e liberdades fundamentais. Para o cidadão concreto e individual, o valor real da protecção dos seus direitos residirá na eficácia das medidas que possam ser tomadas a nivel nacional, e que estejam disponiveis para a sua salvaguarda. Na verdade, a garantia de acesso dos cidadãos á justiça e aos direitos humanos constituem a concretização de um princípio basilar do Estado de Direito, consagrado na Constituição da República.

O acesso à justiça e os direitos humanos, enquanto garantia de efectividade dos direitos individuais e colectivos, pressupõe a existência de serviços públicos de protecção e de informação jurídica que sejam aptos a promover, por um lado, um bom ambiente de negócio, e por outro lado, o conhecimento junto da população e dos investidores das leis e direitos, em especial, junto daqueles cidadãos socialmente vulneráveis.

É neste âmbito que o Instituto do Patrocínio e Assistência Jurídica realiza a **IV Conferência Sobre Acesso à Justiça e Direitos Humanos em Moçambique**, sob o lema: ***"Acesso à Justiça, Negócio e Direitos Humanos em Moçambique"***, com vista a impulsionar a reforma legislativa vigente e ajusta-la a realidade socioeconómica do País, consolidar o Estado de Direito e Democrático e criar condições

para a crescente melhoria do ambiente de negócios e, assegurar uma justiça ao alcance de todos, mais próxima e justa.

É ainda um momento de intercâmbio e coordenação entre os diversos actores chaves na tomada de decisão e revisão do quadro legislativo moçambicano, parceiros de cooperação, empresas de exploração mineira, organizações da sociedade civil, entidades sigulares e colectivas cuja vocação é apoio ao Estado no desenvolvimento económico e social.

Neste mosaíco, o Instituto do Patrocínio e Assistência Jurídica, deseja a todos boas vindas a este evento, fazendo fé de que os temas apresentados e os debates que serão tido neste dia sejam proveitosos para o bem do acesso à justiça, negócio e direitos humanos em Moçambique.

Melhores Cumprimentos

O Director Geral

LLM. Justino Ernesto Tonela

Programa da IV Conferência

HORAS	ASSUNTO	INTERVENIENTES
08:00 - 08:20	Chegada e registo dos participantes	Protocolo
08:25 – 08:35	Momento Cultural	
08:35 – 08:45	Exposição	
08:45 – 08:50	Hino Nacional	
08:50 – 08:55	Mensagem de Boas Vindas	**Dr. Eneas Comiche**, Presidente do Conselho Municipal
08:55 – 09:00	Intervenção	**Dr. Justino Ernesto Tonela,** Director Geral do IPAJ
09:00 – 09:15	Intervenção	**S.Excia Dra. Helena Mateus Kida**, Ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos
09:15 – 09:30	Abertura Oficial	Sua Excelência **Engº. Filipe Jacinto Nyusi**, Presidente da República
09:30 – 10:00	Foto de Família	Participantes
PAINEL I. Negócios, segurança e direitos humanos: uma solução preventiva		
10:00 – 12:00	Princípios Voluntários Sobre Segurança e Direitos Humanos Em Moçambique	**Dr. Alan Bryden**, Geneva Center For Security Sector Governance **Dra. Alexandra Sheppard**, Vice-Alta Comissária do Reino Unido em Moçambique, Jurídica **Dr. Justino Ernesto Tonela,** Director Geral do Instituto do Patrocínio e Assistência Jurídica **Prof. Alex Vines**, Chatham House;
	DEBATE	MODERADOR: **Dr. Cláudio Mate** Director de planificação e cooperação do **MJCR**
PAINEL II: Construção do Estado de Direito e Democrático		
12:00 – 14:00	Assistência Jurídica e Patrocínio Judiciário e Protecção dos Direitos Humanos nas Zonas de Conflito Armado	**Dr. Hermenegildo Muapala**, Delegado do IPAJ, Província de Cabo Delgado; **Dr. Albachir Macassar**, Director dos Assuntos Religiosos do MJCR
	DEBATE	MODERADORA: **Dra. Elisa Samuel**, Directora do Centro de Formação Jurídica e Judiciária
14:00 – 14:15	**SESSÃO DE ENCERRAMENTO**	
14:15	**ALMOÇO**	

BIOGRAFIA DOS ORADORES

Alan Bryden

CHefe da Divisão de Negócios e Segurança no Centro de Genebra para a Governação do Sector de Segurança – DCAF.

O Centro de Genebra para a Governação do Sector de Segurança é uma fundação Imparcial internacional engajada em apoiar a boa governação no Sector de Segurança através de propriedade Nacional e processos de reforma inclusiva e participativa.

Lidera trabalhos do DCAF em negócios e segurança, desenvolvendo parcerias inovadoras com governos, empresas e sociedade Civil para melhorar a segurança, o desenvolvimento Sustentável e o respeito aos direitos humanos.

Liderou trabalhos do DCAF apoiando a implementação do princípio Voluntario de Segurança e direitos humanos por mais de décadas. Até a Data isto incluiu apoio a processos de VPs conduzidos em nível nacional no Quênia, Nigéria, Peru e RDC. DCAF está neste momento fornecendo suporte técnico ao processo de princípios Voluntario em Moçambique, trabalhando em parceria com o Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD).

Além disso, o DCAF desempenha um papel de liderança globalmente na melhoria da supervisão e responsabilidade do Sector de Segurança privada.

Graduado em História Medieval e Relações Internacionais e PHD pelo Departamento de estudos de Paz da Universidade de Bradford

Justino Ernesto Tonela

Director-Geral do Instituto do Patrocínio e Assistência Jurídica (IPAJ). Desempenhou igualmente as funções de Director Nacional Adjunto do Gabinete de Estudos, Legislação e Assessoria no Ministério da Justiça e de Assessor Jurídico do Ministro da Defesa Nacional.

É Mestre em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade Eduardo Mondlane em coordenação com a Universidade de Lisboa e está inscrito na Ordem dos Advogados de Moçambique.

Tem formação em gestão dos Serviços Prisionais pelo Instituto de Administração Pública de Londres, Inglaterra.

Tem formação em Gestão de Defesa e de Operações de Apoio a Paz pela Witz University da África do Sul.

Tem igualmente formação em Operações e Gestão da Paz pelo Instituto de Altos Estudos Militares da França, Paris.

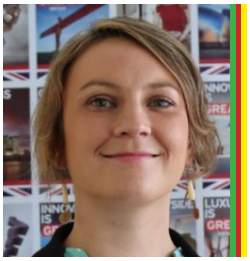
Alex Vines OBE

Chefe do Programa de África da Chatham House desde 2002, tendo-se tornado o diretor-geral para risco, ética e resiliência em 2019. Anteriormente desempenhou papéis na Chatham House como diretor para Estudos Regionais e Segurança Internacional, e Diretor para Estudos Regionais e Direito Internacional.

Foi membro do Grupo de Observadores da Commonwealth para as eleições nacionais de Moçambique em 2019 e foi oficial de eleições em Moçambique em 1994, para a missão da ONU em Moçambique (UNOMOZ). Antes de se juntar a Chatham House,

trabalhou para o Human Rights Watch como investigador sénior nos programas sobre Armamento, Negócios e Direitos Humanos em África, e durante esse período esteve envolvido na redação e adoção dos Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos.

Alexandra Sheppard



Alexandra Sheppard é a Alta Comissária Adjunta do Reino Unido para Moçambique. Tem dez anos de experiência de trabalho no serviço diplomático, com foco em direitos humanos e questões de segurança. Antes de vir para Moçambique, trabalhou no Quénia, no Egipto e no G20. Tem formação em filosofia pelo Kings College London.

Albachir Macassar

Mestre em Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário, pela Universidade de Lancaster, Reino Unido.

Docente universitário e formador de grupos sociais variados em diversas matérias relacionadas a direitos humanos.

Foi Chefe de Departamento de Planificação e Cooperação e Director Nacional de Direitos Humanos e Cidadania, no Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, período durante o qual adquiriu larga experiência na matéria, através da interacção com organismos regionais e internacionais e com a sociedade civil nacional e internacional e onde, entre outras tarefas, por inerência de funções, liderou o Grupo Interministerial para os Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário, responsável pelo seguimento do dossier direitos humanos no Governo da República de Moçambique.

Actualmente é Director Nacional de Assuntos Religiosos no mesmo

Ministério. Possui alto sentido de responsabilidade, capacidade de trabalho em grupo e aprendizagem contínua.

Hermenegildo Muapala

Licenciado em Direito pela Universidade Eduardo Mondlane, Mestre em Direito Civil pela Universidade Católica de Moçambique.

Delegado Provincial do Instituto do Patrocinio e Assistencia Juridica em Cabo Delgado

Docente Universitário nas Universidades: UCM, ESEG e ISCTAC, em Pemba tem formação sobre o papel das Instituições do Sector da Administração da Justiça na garantia dos Direitos Humanos das Mulheres e Raparigas em situação de conflito

Tem Formação em Direitos Humanos sobre "Apoio ao Cidadão no Acesso à Justiça", Direitos Humanos e Propriedade Industrial.

BIOGRAFIA DOS MODERADORES

Elisa Samuel Boerekamp

Juíza de Direito "A", Directora-Geral do Centro de Formação Jurídica e Judiciária (CFJJ) e dirige o Colectivo de Direcção. Como Diretora do CFJJ é membro do Conselho Consultivo e do Conselho Técnico do Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, respectivamente. É Secretária Executiva da Associação Moçambicana de Juízes e foi Membro do Conselho Superior da Magistratura Judicial (CSMJ) e da repectiva Comissão Permanente (2014-2019). Licenciatura em Direito pela Universidade Católica Portuguesa-Centro Regional do Porto, Portugal e Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique.

Activista, palestrante, formadora e facilitadora de acções de formação e capacitação de magistrados, defensores públicos do IPAJ, conservadores e notários, e oficiais e assistentes de oficiais de justiça, agentes da polícia em matérias de Direitos Humanos, Igualdade de Gênero, Cultura e, Violência Doméstica, Justiça Juvenil, Penas Alternativas e Uniões Prematuras. No campo da pesquisa é Coordenadora Geral do "Projecto estudo das normas das populações locais para a resolução de Conflitos e sua relação com o Acesso a Justiça em Moçambique".

É Membro e Relatora da Comissão do CSMJ para elaboração da Proposta do Código de Ética dos Juízes Moçambicanos; Membro do Conselho Consultivo da Associação Internacional para a Administração de Tribunais – IACA. É também membro fundadora do Fórum de Mulheres Juízes que actuam na Violência Doméstica no judiciário moçambicano. Foi Membro e Relatora da Comissão do CSMJ para elaboração da Proposta do Regulamento sobre as Colocações e Transferências dos Juízes (2014-2015).

Antes da sua nomeação como Directora do CFJJ, desempenhou várias funções no judiciário moçambicano, dentre as quais a de Juíza de Direito D, Presidente do Tribunal Judicial do Distrito de Bilene-Macia, Província de Gaza; Juíza de Direito, Presidente do Tribunal Judicial do Distrito da Machava, Província de Maputo; e Juíza Substituta na 1ª Secção do Tribunal Judicial do Distrito Urbano

n.º 5, na Cidade de Maputo. Também foi Coordenadora da brigada móvel do Projecto Criança em Contacto com a Lei (2012-2015).

Publicou alguns artigos e papers sobre direitos humanos, com destaque para os artigos "Crianças" e "Mulheres" publicados no "Comentário da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e do Protocolo Adicional/ Organizado por Paulo Pinto de Albuquerque-Lisboa: Universidade Católica Editora, 2020"; "Estado de Direito e Práticas Tradicionais publicado na Agenda Mulher de 2015 intitulada Estado de Direito e Práticas Tradicionais, da WLSA"; A aplicação da Lei da Violência Doméstica (Lei n.º 29/2009, de 29 de Setembro, publicado na Revista Outras Vozes n.º 43-44, da WLSA.

Cláudio Dinis Mate

Exerce as funções de Director de Planificação e Cooperação Internacionall no MJCR.

Mestrado em Artes de Política Internacional pelo Centro Europeu de Investigação da Estratégia Internacional em parceria com a Universidade de Paris de Sul, Bruxelas, Reino da Bélgica.

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane.

Fez Formações/cursos nas areas de: Direito Internacional, Direito Internacional dos Refugiados, Direito Internacional Humanitário, Direitos Humanos, Questões Legais Específicas no Sector de Petróleo nos Contratos Internacionais de prospecção, exploração e Concessão e Comércio Interncional e Desenvolvimento em Beijing, China.

Experiência académica e universitária nas Universidades Politécnica, Eduardo Mondlane e São Tomás de Moçambique.

Instituto do Patrocínio e Assistência Jurídica

Avenida 25 de Setembro, 270, edifício Time Square, 1ª andar Esquerdo - Maputo
Telefones: 21309340/21307103, Fax: 21333401
Cell:
823031943/843899944

PARCEIRO

CDD
CENTRO PARA DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO